

CEMRI UAb

CENTRO DE ESTUDOS DAS
MIGRAÇÕES E DAS
RELAÇÕES INTERCULTURAIS
UNIVERSIDADE ABERTA



RELATÓRIO FINAL DE AVALIAÇÃO EXTERNA

PROJETO ESCOLA+ DINAMIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (2009 - 2013)

- SUMÁRIO EXECUTIVO –

INSTITUIÇÃO AVALIADORA:

Universidade Aberta – Centro das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI)

INSTITUIÇÃO FINANCIADORA:

MNE – Camões, Instituto da Cooperação e da Língua (CICL)

INSTITUIÇÃO EXECUTORA:

Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), em colaboração com o Ministério de Educação e Cultura (MEC) de São Tomé e Príncipe (STP)

Introdução

Este relatório tem como finalidade apresentar os resultados da avaliação do Projeto Escola+ Dinamização do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe, desenvolvido com o apoio da Cooperação Portuguesa em STP, entre março de 2009 e agosto de 2013.

A presente avaliação diz respeito ao setor da educação, especificamente ao ensino secundário, nos seguintes eixos de intervenção do Projeto: parque escolar melhorado e reforçado; competências técnicas dos professores melhoradas; capacidade de gestão e acompanhamento reforçada; sistema de ensino mais adaptado às necessidades do país e às interligações entre eles, uma vez que o Projeto foi avaliado no seu conjunto e como um todo.

Metodologia

A redação deste relatório foi baseada em trabalho de gabinete realizado em Portugal, em que procedemos a análise documental e entrevistámos dirigentes e técnicos do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (CICL), Instituto Marquês Valle Flôr (IMVF), membros do denominado GAPE+ (grupo constituído por técnicos portugueses especialistas em desenvolvimento curricular e em ensino profissional) e professores da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria (IPL) que lecionaram cursos de formação em STP. Este trabalho de gabinete deu origem à redação de um relatório preliminar, que foi discutido com participantes no Projeto Escola+.

Posteriormente realizou-se trabalho de campo em São Tomé e Príncipe, trabalho esse que incluiu a recolha de dados por vários métodos e técnicas e utilizando várias fontes de dados, seguida de uma análise, interpretação e triangulação dos mesmos.

Para a elaboração deste relatório sentimos algumas limitações relacionadas com a organização das fontes documentais que dificultou a sua consulta e análise; obstáculos em contactar alguns intervenientes no Projeto; o facto de não nos terem sido facultados os resultados da avaliação final dos alunos do Ensino Secundário e o tempo imitado para proceder à avaliação.

Conclusões com base nos critérios de avaliação

As conclusões que seguidamente apresentamos têm como base os critérios de avaliação que seguidamente apresentamos:

Relevância

Contribuíram positivamente para a relevância do Projeto Escola+ os seguintes aspetos:

- Intervenção de grande abrangência cobrindo os domínios principais do ES.
- Promoção do ensino da língua portuguesa através da dinamização do ES.
- Metodologia de intervenção, por parte da Cooperação Portuguesa, com um conjunto de iniciativas educativas, legislativas, administrativas, formativas e logísticas que permitiram dinamizar e atualizar o sistema educativo, concorrendo para a sua apropriação e sustentabilidade técnica.
- A reabilitação profunda das instalações do Liceu Nacional e algumas melhorias nas instalações de outras escolas do ES, apetrechamento com equipamentos pedagógicos e conjugação de meios e esforços formativos em parceria com entidades exteriores ao sistema educativo. Constrangimentos de ordem orçamental não permitiram, por exemplo, obras previstas em todas as escolas.
- A atualização pedagógica do ensino e o fortalecimento do ensino de cariz profissionalizante (promotor de empregabilidade) e a articulação entre este e o ensino secundário académico.
- A formação bem-sucedida dos professores do ES no âmbito dos cursos ministrados pela ESECS do IPL.
- Adaptação de um sistema formativo orientado para a satisfação das necessidades do país, que, englobando conhecimentos tecnológicos e competências operacionais, corresponde melhor às respostas que a sociedade requer.
- Um ambiente escolar em que dirigentes, docentes e alunos mostram uma boa relação interpessoal.
- As atividades previstas que corresponderam às necessidades dos professores que a elas aderiram, reconhecendo-lhes interesse e pertinência.

Eficácia

Contribuíram positivamente para a eficácia do Projeto Escola+ os seguintes aspetos: - A reabilitação e apetrechamento do parque escolar que, embora incompletos, facilitou um maior sucesso na lecionação de atividades teóricas e práticas.

- Currículos atualizados, programas das disciplinas de um modo geral bem concebidos, embora alguns não estejam suficientemente adaptados à realidade de STP. Torna-se também necessária uma melhor articulação com o ensino básico.

- Textos de apoio produzidos para todas as disciplinas.

- Criação de legislação variada no quadro da revisão curricular, nomeadamente a que foi elaborada para melhorar a avaliação dos alunos e o acompanhamento dos professores, no sentido de se apropriarem das inovações introduzidas. No entanto, o elevado rácio professor-aluno torna problemática a aplicação dos princípios teóricos da avaliação.

- As ações do Projeto contribuíram eficazmente para o reforço das capacidades dos professores abrangidos pela formação ministrada.

Constrangimentos vários impediram a elaboração de um documento circunstanciado de caracterização do ensino secundário de STP, o qual teria contribuído para uma eficácia do Projeto. No entanto, foi elaborado e divulgado um Plano Operacional de Intervenção, validado pelo MEC, que constituiu o documento orientador do desenvolvimento do Projeto.

Também *contribuíram negativamente para a eficácia do Projeto Escola+* constrangimentos orçamentais que impediram, por exemplo, que o ensino de cariz profissionalizante se disseminasse, como recomendável, já que só cerca de 1,6% dos alunos do ES o frequentaram em 2012-2013.

Eficiência

Só é possível uma avaliação da adequação dos recursos utilizados no Projeto, tendo em conta as condições locais e os resultados alcançados. Não foi possível avaliar se os recursos foram utilizados a menor custo, dado não possuímos informação sobre

projetos semelhantes desenvolvidos recentemente em STP, que possam servir de referência. A perspetiva de análise foi de avaliar se os recursos disponíveis foram adequadamente utilizados para alcançar os resultados.

Quanto aos recursos humanos consideramo-los suficientes em número e qualidade. Ainda assim, houve áreas de intervenção que exigiriam recursos com formação mais especializada, como a elaboração dos programas e dos textos de apoio e a formação de professores.

No que respeita aos recursos materiais, foram alugadas instalações para a coordenação nacional e adquiridas as viaturas necessárias para as visitas às escolas e outras deslocações. Uma solução adequada foi encontrada para a instalação do KE MESE no Liceu Nacional.

Embora haja carências foi feito um esforço em dotar as escolas das instalações e materiais necessários ao funcionamento da parte administrativa, à lecionação das novas disciplinas previstas pela revisão curricular e à reprodução dos textos de apoio utilizando com eficiência as verbas disponibilizadas.

Em termos de recursos financeiros, o Projeto Escola+ foi totalmente financiado pelo IPAD. Em relação à disponibilização dos recursos financeiros, não nos foram referidos problemas de atrasos para a implementação das diferentes atividades. Algumas das opções tomadas em relação à utilização destes recursos são discutíveis, nomeadamente a concentração de verbas na reabilitação do Liceu Nacional em detrimento de outras escolas.

Na previsão dos custos houve outros aspetos que não foram considerados como, por exemplo, o crescimento demográfico com impacto no número de alunos a acederem ao ES e conseqüente acréscimo das necessidades em recursos humanos e materiais.

Por falta de recursos financeiros os manuais previstos inicialmente foram substituídos por textos de apoio, mas, ao que julgamos, foi uma medida eficiente.

Efeitos e Impacto

- Melhoria global das condições de funcionamento do ES.
- Criação de um Centro de Recursos Educativos e Formação (KE MESE) que permitiu potenciar as atividades de formação e a participação dos professores no seu processo de formação.
- Contributo para fomentar o ensino da língua portuguesa no sistema de ensino santomense, em particular ao nível do ES e em relação aos destinatários do Projeto.
- Aumento da empregabilidade dos jovens através de uma formação mais orientada para a vida ativa profissional.
- Intervenções no âmbito da formação de professores que reforçaram as suas competências. No entanto, não foi implementado um sistema de formação contínua, que contemplasse outras competências que não só as operacionais.
- Crescente autonomia das escolas que possibilita uma melhor adaptação às realidades e necessidades dos estabelecimentos de ensino, em consequência da aprovação e implementação de um novo modelo de gestão coordenada e descentralizada.
- Competências reforçadas ao nível da gestão escolar proporcionadas aos gestores e administradores em consequência da legislação produzida e da formação recebida.
- Formação proporcionada a futuros inspetores escolares, que foram dotados de instrumentos eficazes para a avaliação do sistema escolar e para a avaliação do desempenho docente. Mas, enquanto não for aprovado o *Estatuto da Inspeção do Ensino Secundário*, os inspetores não poderão entrar em exercício.

O efeito previsto da aprovação do Estatuto da Carreira Docente (não regulamentado) não se verificou, com todas as consequências para o ensino e para o desenvolvimento profissional dos professores que daí decorrem, nomeadamente na melhoria salarial, na progressão da carreira docente, não a tornando mais atrativa.

Potencialmente o Projeto Escola+ tem condições para ter um impacto importante em STP. No entanto, este impacto dependerá da continuidade do Projeto e da sua apropriação pelas estruturas oficiais do país.

Sustentabilidade

Desde a primeira hora os intervenientes no Projeto esforçaram-se para garantir a sustentabilidade do Projeto Escola+, particularmente: (i) ao terem em consideração a criação e reforço da capacidade das instituições locais de educação; (ii) ao respeitarem os procedimentos e dispositivos do sistema de educação santomense, dinamizando-o e procurando a apropriação do processo pelo MEC (iii) ao procurarem envolver os professores santomenses.

A sustentabilidade não foi inteiramente conseguida, pelo que se julga necessária uma 2ª fase do Projeto.

Visibilidade

A visibilidade dada pelo Projeto à Cooperação Portuguesa foi tida em conta e promovida de diferentes maneiras e em diferentes momentos do seu desenvolvimento.

Coordenação e complementaridade

Quer no desenho do Projeto, quer no Plano Operacional de Intervenção, refere-se: (i) o esforço de coordenação por parte do IMVF e a necessária articulação com o IPAD, Embaixada de Portugal e o MEC; (ii) a necessidade de o Projeto ser implementado em parceria com o MEC que deverá coordenar as diferentes atividades garantindo-se assim a sustentabilidade institucional das ações desenvolvidas; (iii) a articulação com outros níveis de ensino; (iv) a intenção de se integrar atividades com iniciativas de outros doadores.

Houve, no entanto, fatores endógenos e exógenos de diversa ordem relacionados com estes critérios, tais como o atraso da aprovação do Projeto, a definição das responsabilidades dos diversos intervenientes, a existência de poucos doadores e as mudanças no governo santomense, cuja conjugação afetou o cumprimento deste critério de avaliação e dos seguintes.

Coerência interna e externa das opções da política para o desenvolvimento da cooperação portuguesa neste sector/país

Sendo um projeto financiado pelo IPAD, estão refletidos na sua conceção os objetivos e compromissos de organizações internacionais, por exemplo, ONU, EU e OCDE, nomeadamente as que dizem respeito à apropriação, harmonização e racionalização da ajuda. Nesse sentido entendia-se, aliás que o Projeto vinha marcar uma mudança na abordagem da Cooperação Portuguesa no apoio ao setor da educação, considerado prioritário e estruturante pelos dois países. No entanto, constrangimentos de ordem interna e externa, que não foram suficientemente tomados em conta, vieram a ter impactos negativos no cumprimento deste critério.

Posicionamento e valor acrescentado da cooperação portuguesa neste sector/contexto específico

Contribuiu positivamente para o cumprimento deste critério o facto de o Escola+, indo ao encontro das prioridades definidas pelos dois países, se ter proposto desenvolver a sua ação na melhoria da qualidade do ensino secundário, apostando na formação de cariz profissionalizante e fortalecendo e consolidando a língua portuguesa como instrumento de cooperação.

Dificuldades de diversa ordem não permitiram dar total satisfação à prioridade, igualmente definida pelos dois países, de melhorar os resultados através de maior coordenação e complementaridade e de canalizar a ajuda através de mecanismos bilaterais, multilaterais ou, se possível, bi-multilaterais, por exemplo na melhoria das condições do parque escolar e reabilitação das escolas.

Recomendações

As seguintes recomendações deverão ser tidas em consideração, quer pelas autoridades portuguesas, quer santomenses, na preparação, negociação e implementação de uma 2ª fase do Projeto Escola+, que, após uma avaliação rigorosa da experiência da aplicação e dos resultados obtidos, implicará uma apropriação

progressiva por parte do MEC de STP, até hoje não completamente conseguida, o que permitirá uma sustentabilidade do Projeto a longo prazo.

À Cooperação Portuguesa

- ☐ Prosseguir a dinamização do ES e deste modo contribuir para fortalecer e consolidar a língua portuguesa como instrumento de cooperação, mediante o financiamento de uma segunda fase do Projeto, agora em avaliação.
- ☐ Definir com rigor os domínios a financiar por Portugal e aqueles que deverão ser financiados por outros doadores, dada a grande abrangência do Projeto Escola+.
- ☐ Manter o nível de apoio à dinamização do ensino secundário de S. Tomé e Príncipe dando prioridade à consolidação da revisão curricular e ao desenvolvimento das competências profissionais dos professores.
- ☐ Equacionar, neste âmbito, a possibilidade de selecionar, por concurso, uma instituição de ensino superior portuguesa que enquadre e apoie a intervenção dos professores cooperantes no sistema educativo santomense.
- ☐ Prosseguir no apoio de melhoria das condições de habitabilidade e preservação das instalações e equipamentos do KE MESE e atualização do seu acervo documental.
- ☐ Prosseguir no apoio institucional ao ISP de STP no que se refere ao completamento de formação de docentes bacharéis do ES nas áreas carenciadas deste subsistema.
- ☐ Reforçar o processo de gestão descentralizada e a autonomia das escolas, promovendo a formação dos membros das direções sem formação específica e a formação de pessoal administrativo em domínios prioritários, nomeadamente legislação, informática, contabilidade, e do pessoal auxiliar para que este último possa colaborar efetivamente no apoio aos alunos e na manutenção das escolas.
- ☐ Prosseguir no apoio à expansão do ensino profissionalizante (profissional e profissionalmente qualificante) disseminando-o por outras escolas e diversificando os cursos de acordo com as necessidades nacionais e locais e promovendo deste modo a

empregabilidade dos alunos que terminam o ES e o desenvolvimento da economia de STP.

☐ Reforçar a liderança do CICL enquanto organismo coordenador da Cooperação Portuguesa, promovendo a necessária articulação entre as instituições portuguesas que desenvolvem atividades em outros níveis de ensino, a formação de quadros técnicos do MEC de STP, etc.

☐ Colaborar com as autoridades santomenses na articulação das ações da cooperação portuguesa com as de outros doadores no setor da educação e outros,

☐ Incluir a Gestão de Risco, na conceção de uma eventual 2ª. Fase do Projeto Escola+ e nas intervenções do Projeto, como forma de aumentar a qualidade da ajuda.

☐ Realizar um acompanhamento mais estreito e eficaz do contributo da Cooperação Portuguesa para os ODM em STP, nomeadamente nos objetivos que dizem especificamente respeito à educação.

☐ Ter sempre em atenção, no setor da educação, a necessidade de adaptar as intervenções às especificidades do país, incluindo a situação linguística.

Às Autoridades Santomenses

☐ Promover um maior envolvimento e articulação dos diferentes agentes da Cooperação Portuguesa, quer na programação quer na implementação, para potenciar a apropriação e a sustentabilidade dos projetos.

☐ Pôr em prática a nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) de modo a permitir aos doadores internacionais a definição das suas estratégias de cooperação, nomeadamente do setor da educação e igualdade do género.

☐ Promover a igualdade de género no que diz respeito à gestão e administração das escolas.

Ao Ministério da Educação de STP

☐ Ter um maior envolvimento na aprovação, publicação e regulamentação atempada da legislação necessária ao setor, condição *sine qua non* para a eficácia dos projetos. Neste âmbito reforça-se a importância que deve ser dada ao Estatuto da Carreira Docente, à Formação Contínua dos professores, ao Estatuto da Inspeção do Ensino Secundário e ao Regime de Organização e Funcionamentos dos Serviços Administrativos das Escolas.

☐ Promover a colaboração institucional das estruturas e técnicos do MEC de STP, em particular do setor de metodologia, na articulação com o ensino básico e nas atividades que se referem à dinâmica de implementação da reforma educativa e de apoio às escolas e aos professores.

☐ Promover uma maior articulação entre todos os níveis de ensino de modo a potenciar a intervenção dos diferentes doadores.

☐ Analisar e redimensionar a rede escolar, de forma dinâmica, em função das realidades e necessidades atuais e futuras, tendo em conta as perspetivas demográficas e do desenvolvimento regional.

☐ Criar condições para que o rácio professor-aluno atinja um valor máximo de 40 alunos por turma.

☐ Promover a expansão do ensino profissionalizante (profissional e profissionalmente qualificante) disseminando-o por outras escolas e diversificando os cursos de acordo com as necessidades nacionais e locais e promovendo deste modo a empregabilidade dos alunos que terminam o ES e o desenvolvimento da economia de STP. Torna-se para tal necessário a aprovação de legislação adequada.

☐ Proporcionar materiais pedagógico-didáticos de qualidade adequados às condições das escolas e à realidade de STP, o que poderá constituir a melhor das soluções para ajudar a ter um ensino de qualidade.

- ☐ Promover a atualização progressiva dos programas e textos de apoio tirando partido de dados decorrentes da sua utilização ao longo do Projeto.
- ☐ Conceder autonomia financeira adequada à realidade das escolas por forma a poderem rapidamente suprir necessidades urgentes relativas ao funcionamento dos equipamentos e à aquisição de consumíveis.
- ☐ Envidar esforços no sentido de recrutar pessoal auxiliar para o apoio à escola, que cumulativamente possua competências para a manutenção corrente das instalações.
- ☐ Estimular o interesse dos alunos e das famílias na preservação, conservação e até na manutenção das escolas secundárias.
- ☐ Aproveitar os novos centros de formação profissional, sem prejuízo da sua função primordial, para estabelecer plataformas de formação avançada destinadas a alunos das escolas secundárias.

À Cooperação Portuguesa e às Autoridades Santomenses

- ☐ Promover a harmonização e articulação entre diversos setores, nomeadamente nos da saúde, da educação e do trabalho.
- ☐ Ter em consideração as Decisões da VII Reunião de Ministros da Educação da CPLP, em que se reafirma a importância do desenvolvimento das competências técnicas e profissionais, por via do Ensino Técnico Profissional¹.
- ☐ Continuar a promover o reforço e melhoramento do parque escolar: construindo novas escolas, fornecendo-lhes água e melhorando as instalações sanitárias de todas as escolas, assim como as áreas de estudo e de convívio e os acessos e transportes para as mesmas. Para tal, a Cooperação Portuguesa deverá colaborar com o MEC de STP no sentido de se encontrar financiamento de várias origens.
- ☐ Elaborar um documento pormenorizado de caracterização do ES de STP que considere, atualizando, alguns dos dados fornecidos pela avaliação do Projeto Escola + e outros complementares e identificadores da realidade do país.

- ☐ Elaborar um Plano Operacional de Intervenção para os próximos 4 anos para assegurar a continuidade do trabalho desenvolvido e sustentabilidade das inovações introduzidas no ES.

- ☐ Promover, no prazo de 2 anos, uma avaliação do novo currículo e dos textos de apoio mediante um inquérito feito a gestores, professores dos vários níveis de ensino, alunos, encarregados de educação e empregadores.

- ☐ Promover uma melhor articulação entre uma eventual 2ª fase do Projeto e as estruturas do MEC de STP, de forma que no final dos próximos 4 anos tenha sido conseguida uma apropriação de todo o trabalho realizado pelas autoridades santomenses que deverão assegurar a sua continuidade.